



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REPARAÇÃO DE QUADRO ELÉTRICO, MANUTENÇÃO DE UPS DA SEDE E SUBSTITUIÇÃO DE PROJETORES DO EXTERIOR

Procedimento n.º 62/ANEPCC/2024

Minuta

Contrato n.º 74 2024



Entre:

A AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL, Pessoa Coletiva n.º 600 082 490, com sede na Avenida do Forte em Carnaxide, 2794-112 Carnaxide, neste ato representada pelo seu Presidente, _____ no uso da sua competência própria, adiante designado por Contraente Pública

E

A TECNOVOLT, Lda, Pessoa Coletiva n.º 509413420, com sede na Rua Marquês de Pombal 33, 2740 – 099 Porto Salvo, neste ato representado pelo seu representante legal com poderes para o ato, designado por Cocontratante.

É celebrado o presente contrato de aquisição de serviços de Reparação de Quadro Elétrico, Manutenção de UPS da Sede e Substituição de Projetores na Sede da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, o qual foi autorizado pelo Despacho da Exma. Senhora Diretora Nacional de Administração de Recursos, _____, datado de 9 de julho de 2024, exarado na informação n.º INF/2833/SA/2024, de 2 de julho de 2024, o qual se regerá pelos artigos seguintes:



Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente contrato tem por objeto principal a aquisição serviços de Reparação de Quadro Elétrico, Manutenção de UPS da Sede e Substituição de Projetores na Sede da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.
2. Os serviços a executar pelo Cocontratante, encontram-se descritos, no Anexo I do caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Prazo

O prazo para a execução dos serviços tem a duração de 30 dias.

Cláusula 3.ª

Preço Contratual

1. O preço contratual é de € 11. 149,90 (onze mil, cento e quarenta e nove euros e noventa cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o valor de € 13. 714,38 (treze mil, setecentos e catorze euros e trinta e oito cêntimos).
2. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente contrato, a Contraente Pública deverá pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 4.ª

Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pela Contraente Pública, nos termos da cláusula 3.ª do presente contrato, devem ser pagas no prazo de 60 dias, após a receção da respetiva fatura, devidamente emitida, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva, nos termos do n.º 3 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.



2. No caso, entende-se por vencimento da obrigação respetiva, a guia de entrega confirmada pela ANEPC.
3. Em caso de atraso da Contraente Pública, no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
4. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas deverão ser emitidas em nome da Contraente Pública com referência aos documentos que lhe deram origem.

Cláusula 5.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento dos prazos fixados na Cláusula 2.ª, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de penas pecuniárias nos termos da seguinte fórmula:

$$P = V \times A / 500$$

Em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato, e A é o número de dias em atraso.

2. A aplicação das penalidades previstas nos números anteriores é da competência do Presidente da ANEPC.
3. A Contraente Pública reserva-se o direito, sem a necessidade de mais formalidades, de deduzir nos pagamentos a efetuar ao Cocontratante as importâncias correspondentes ao valor das penalidades aplicadas nos termos dos números anteriores, sem prejuízo da possibilidade de, por acordo entre as partes, se estipular outra forma de pagamento.



Cláusula 6.ª

Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem tida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 7.ª

Dever de Sigilo e confidencialidade

1. O Cocontratante obriga-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre os assuntos constantes do presente contrato e a tratar como confidencial toda a informação a que tenha acesso no âmbito da execução do contrato, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei ou de processo judicial.

Cláusula 8.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.

Cláusula 9.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do



Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados nos documentos que integram os contratos.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes dos contratos deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 10.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo Cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 11.ª

Legislação Aplicável

Em tudo o omissa no presente contrato, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Cláusula 12.ª

Disposições Finais

1. O pagamento ao abrigo do presente contrato será efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento de despesas públicas.
2. O procedimento por Ajuste Direto, relativo ao presente contrato, foi autorizado através de Despacho da Exma. Senhora Diretora Nacional de Administração de Recursos, , datado de 9 de julho de 2024, exarado na informação n.º INF/2833/SA/2024, de 2 de julho de 2024.
3. A execução do objeto do presente contrato foi adjudicada por Despacho da Exma. Senhora Diretora Nacional de Administração de Recursos, , datado de 9 de julho de 2024, exarado na informação n.º INF/2833/SA/2024, de 2 de julho de 2024.
4. A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por Despacho da Exma. Senhora Diretora Nacional de Administração de Recursos, , datado de 9 de julho de 2024, exarado na informação n.º INF/2833/SA/2024, de 2 de julho de 2024.



5. A celebração do presente contrato foi autorizada por Despacho da Exma. Senhora Diretora Nacional de Administração de Recursos, datado de 9 de julho de 2024, exarado na informação n.º INF/2833/SA/2024, de 2 de julho de 2024.
6. O encargo total com inclusão do IVA resultante do presente contrato é de **€ 13. 714,38 (treze mil, setecentos e catorze euros e trinta e oito cêntimos)**.
7. O presente contrato encontra-se inscrito no orçamento da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, na rubrica orçamental com a classificação económica D.02.02.03.A0.AD, na fonte de financiamento 311.
8. Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 96º, n.º I, alínea i) e 290º-A, n.º I do CCP, o gestor de contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, é:

➤ **[Assinado]**, Coordenador Técnico da Secção de Aprovisionamento.
9. O número de compromisso que deverá constar nas faturas a emitir pelo Cocontratante, é o BP52424217.

Pelo Contraente Público

Assinado de forma digital por

2024.09.23 11:56:04
+01'00'

Pelo Cocontratante

Assinado por:

Num. de Identificação:

Data: 2024.09.20 12:50:41 GMT Daylight time





ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Reparação de Quadro Elétrico Q.I.I.

Substituição de equipamento no quadro elétrico:

- 4 Interruptores Diferencias 4x40A 300mA
- 1 Interruptor Diferencial 4x25A 300mA
- 21 Disjuntores 16A
- 1 Disjuntor 4x40A
- 6 Disjuntores 10A
- 7 Barramentos tripolares
- Mão de obra, deslocação prévia para limpeza e secagem do quadro elétrico

Manutenção de UPS de 15 KVA

- Manutenção preventiva isolada
- Substituição de 36 baterias VRLA CSB HR1224W (12V 7Ah)

Substituição de projetores de iluminação da zona exterior

Fornecimento e montagem de:

- 8 Aparelhos de iluminação tipo projetor de LED c/ 200W
- Mão de obra p/ desmontagem dos equipamentos existentes e montagem dos novos, com recurso a andaime rodado.

Preço Contratual: € 11. 149,90 (onze mil, cento e quarenta e nove euros e noventa



cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor).

Prazo de Execução: 30 dias.